

EDITORIAL

Apresentamos com satisfação mais um número dos nossos Cadernos de Pesquisa do CDHIS. A presente edição aparece em meio às comemorações do bicentenário da Independência do Brasil e das reflexões acerca do centenário deste ano de 1922 associado, já tradicionalmente, a uma série de eventos que marcaram a história e a memória nacional (Semana de Arte Moderna, criação do Centro Dom Vital, Fundação do Partido Comunista Brasileiro, Revolta dos 18 do Forte de Copacabana dentre outros).

Neste sentido, pensamos sobre o significado dos diversos conceitos e temas que estão coligados nesse processo de reflexão crítica sobre o passado: qual independência atingimos enquanto país periférico e marcado por profundas desigualdades econômicas, políticas, de gênero, raciais e culturais. Enfrentamos o significado dos termos moderno e modernização entre nós e nossa insistente convivência que parece acionar temporalidades distintas no mesmo presente, numa espécie de existência anacrônica de realidades díspares, numa paisagem cindida entre centros de alto desenvolvimento e periferias marcadas pela miséria dos milhões que passam fome. Ainda.

As comemorações significam o rememorar junto, lembrar com, e procuramos assim, com este volume, dar a nossa contribuição a este momento rememorativo. A década de 1920 se configurou como uma época de começos importantes na histórica política, cultural e econômica brasileira. Época que os fascismos e radicalismos religiosos assumem seu contorno mais claro, acionando símbolos, mitologias, personagens e discursos que serão reiterados,

re-apropriados e atualizados. O verde amarelismo é uma permanência. O fundamentalismo religioso também, antes católico, agora protestante.

A década de 1920 também é época da emergência na cultura intelectual brasileira de uma consciência política e social que já não se conforma mais com as interpretações de até então, especialmente insensíveis à chamada “questão social”, expressão com a qual se nomeavam os conflitos entre capital e trabalho. A atuação dos movimentos anarquistas foi fundamental nesse processo. O eterno “atraso” brasileiro não deveria mais ser associado a uma condição racial, climática, geográfica etc. Mas à exploração do trabalho num sistema capitalista submetido à lógica imperialista das antigas metrópoles, frente as quais a burguesia e a elite brasileiras mantiveram relações amistosas e subservientes na mesma medida em que se fizeram completamente alheias à realidade do recém passado escravista e das condições do pós-abolição para a maior parte da população.

O chamado modernismo compartilha tais ambiguidades, celebrando uma independência de criação artística mediante a afirmação de uma arte “brasileira”, ao mesmo tempo que inspirado em tendências estéticas estrangeiras, notadamente europeias. O direito à pesquisa artística é sua maior divisa. Assim como o é o seu caráter conservador em temas políticos, filho que é das oligarquias fundiárias paulistas, seu indianismo mitológico e romântico, do seu silêncio sobre as questões da negritude ou, ainda, a sua gagueira ao tentar “representar” o povo negro, colocado entre o exótico, sensual e telúrico, atualizando estereótipos e preconceitos já consolidados há muito tempo. Modernismo conservador. Nesta temática, temos o associativismo negro, diametralmente oposto a tais sínteses modernistas, especialmente na produção de jornais, de uma imprensa negra, engajada e preocupada em lutar pelos direitos do povo negro na realidade brasileira e pela afirmação de sua humanidade.

Os anos 1920 podem ser vistos, assim, como um momento de abertura,

não uma origem, mas um começo em que a maioria de suas questões, dilemas, incongruências, impasses, crises, sofrimentos, celebrações e esperanças continuam, surpreendentemente, presentes.

Thiago Lenine Tito Tolentino

Coordenador do Centro de Documentação e Pesquisa em História da UFU